

Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos.

Jailson de Souza e Silva⁽¹⁾

*São 200, são 300
as favelas cariocas?
O tempo gasto em contá-las
é tempo de outras surgirem.
800 mil favelados
ou já passa de 1 milhão?
Enquanto se contam, ama-se
em barraco e a céu aberto,
novos seres se encomendam
ou nascem à revelia.
Os que mudam, os que somem,
os que são mortos a tiro
são logo substituídos.
Onde haja terreno vago
onde ainda não se ergueu
um caixotão de cimento
esguio (mas se vai erguer)
surgem trapos e panelas,
surge fumaça de lenha
em jantar improvisado.
Urbaniza-se? Remove-se?
Extingue-se a pau e a fogo?
Que fazer com tanta gente
brotando do chão, formigas
de um formigueiro infinito?
Ensinar-lhes paciência,
conformidade, renúncia?
Cadastrá-los e fichá-los
para fins eleitorais?
Prometer-lhes a sonhada,
mirfíca, rósea fortuna
distribuição (oh!) de renda?
Deixar tudo como está*

¹ Geógrafo, doutor em Educação, Professor da Universidade Federal Fluminense.

*para ver como é que fica?
Em seminários, simpósios,
comissões, congressos, cúpulas
de alta prosopopéia, elaborar a perfeita
e divina decisão?
Um som de samba interrompe
tão sérias indagações
e a cada favela extinta
ou em bairro transformada
com direito a pagamento
de COMLURB, ISS, RENDA,
outra aparece, larvar,
rastejante, insinuante,
grimpante, desafiante,
de gente qual gente: amante,
esperante, lancinante...
O mandamento da vida
explode em riso e ferida.
Carlos Drummond de Andrade (1979)*

Apresentação

O surgimento, espraiamento e a consolidação das favelas são aspectos dos mais significativos e, contraditoriamente, desconhecidos na dinâmica de constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro. O desconhecimento, em geral, das práticas sociais cotidianas desenvolvidas pelos moradores que constituem aqueles espaços não impedem, entretanto, a construção de uma série de juízos a seu respeito. Juízos esses elaborados, em geral, por representantes, oficiais ou não, das vozes dominantes da cidade.

O presente artigo visa, como objetivo central, analisar os pressupostos que sustentaram as representações mais comuns em relação às favelas e aos seus moradores. Em um segundo momento, são apresentadas algumas referências, ainda embrionárias, que podem contribuir na construção de outro olhar, a respeito das práticas instituintes dos espaços favelados e de outras áreas populares. Por fim, no terceiro momento, são expostos, de forma sucinta, algumas referências conceituais que sustentam uma intervenção social desenvolvida na favela da Maré. Experiência iniciada e coordenada por atores locais, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM - tem

como objetivo maior o encaminhamento de ações inovadoras no espaço popular, a partir do reconhecimento dos seus moradores como agentes ativos na construção daquele *habitat*. A descrição de seus princípios, que se materializam em práticas específicas, busca demonstrar que novas representações e práticas sociais estão sendo produzidas, nas favelas e outros espaços da cidade. O reconhecimento delas é um passo importante para a superação de representações tradicionais, que dificultam a compreensão ampliada do fenômeno da favelização e o encaminhamento de formas globais de tratamento da questão.

O artigo, cabe assinalar, insere-se dentro de um processo de formulação coletiva, que vem sendo desenvolvido em um projeto institucional denominado Observatório Social de Favelas – OSF⁽²⁾. O objetivo do projeto é desenvolver um conjunto sistemático de estudos e proposições sobre os espaços populares do Estado do Rio de Janeiro, sendo a criação de uma rede de pesquisadores acadêmicos e moradores dos espaços populares o eixo de sua intervenção. Nesse sentido, o texto é marcado pela provisoriade e, de certa forma, por um caráter ensaístico, fruto do momento e das condições de formulação.

1. Sobre as representações estereotipadas das favelas e de seus moradores.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses. (Pierre Bourdieu.)

“O que é uma favela?” A pergunta foi feita a pessoas de distintos grupos sociais e categorias profissionais, em uma enquete informal. As respostas a ela revelaram um quadro de opiniões sobre aquele espaço popular surpreendentemente homogêneo. Com efeito, independente da posição política, da condição educacional, da perspectiva ética e religiosa, há um razoável acordo sobre o que seria a favela. Nesse sentido, há, em relação a esse espaço social e geográfico, quase que uma unanimidade na forma como ele é representado⁽³⁾.

² Cabe ressaltar, nesse sentido, a valiosa contribuição de Jorge Luiz Barbosa, companheiro de caminhada sócio-acadêmica e interlocutor precioso no desenvolvimento desse texto, em especial.

³ As representações são, no âmbito desse trabalho, compreendidas como construções mentais sintéticas, decorrentes dos vínculos – em variados graus – estabelecidos, no cotidiano, pelos agentes em múltiplos campos: profissional; político; religioso; comunitário; educacional e/ou outros. Para um maior aprofundamento das diversas formas de se tratar a temática, ver: C. Pereira de Sá, 1996.

O eixo paradigmático da representação desse espaço popular é a noção de ausência. A favela é definida pelo que ela *não é* ou pelo que *não tem*. Nesse caso, é apreendida como um espaço destituído de infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral, enfim, expressão do caos.

Outro elemento peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização. Existente em terrenos elevados e planos, reunindo de algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituída por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características ambientais, as favelas constituem-se como territórios com paisagens razoavelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto, é a tônica quando trata-se de identificar esse tipo de espaço popular.

A valorização da *ausência* e da *homogeneização* como elementos definidores das favelas está presente desde as primeiras formulações oficiais a respeito do fenômeno, como expressa a caracterização feita no censo realizado em 1950:

São consideradas favelas todos os aglomerados urbanos que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características:

Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50.

*Tipo de habitação: predominância, no agrupamento, de **casebres ou barracões de aspecto rústico**, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes.*

*Condição jurídica de ocupação: construções **sem** licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida.*

*Melhoramentos públicos: **ausência** no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada.*

*Urbanização: área **não** urbanizada, com **falta** de arruamento, numeração ou emplacamento.*

(Censo 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal)

Essa formulação expressa, de forma plena, a representação de favela que tornou-se hegemônica no espaço urbano carioca. A definição apresentada no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, promulgado em 1992, não escapa da forma hegemônica de representação da favela. Ela tem como novidade a inclusão de uma variável social, no caso, a renda. Contudo, o Plano também classifica a favela a partir de suas ausências:

Favela – área predominantemente habitacional, com ocupação por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas em desconformidade com os padrões legais (Plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, 1992, Art. 147)

O IBGE, por sua vez, manteve, no Censo 2.000, a essência da definição utilizada no Censo de 1950. A diferenciação básica, na perspectiva de ampliar o seu alcance, foi a identificação dos espaços favelados como subconjunto de um *aglomerado subnormal* (sic!):

conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais(barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.(Censo Demográfico 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

A definição centrada na paisagem facilitou, por sua vez, o reconhecimento de reivindicações por obras de infra-estrutura, presentes em um grande número de ocupações. A organização popular, manifesta das mais variadas formas, permitiu uma significativa ampliação do acesso regular à água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação. Além disso, difundiu-se a construção de escolas, creches e postos de saúde, bandeiras centrais na busca de uma melhor qualidade de vida por parte dos moradores locais. O item no qual menos se avançou foi justamente o que coloca em questão, de modo mais incisivo, as formas de apropriação e uso do espaço urbano, no caso, o acesso à titulação da propriedade.

Os diversos tipos de intervenções nas favelas, decorrentes de demandas e ações organizadas pelos próprios moradores ou fruto de projetos estatais voltados para a reordenação do espaço urbano, geraram uma profunda alteração na paisagem do Rio de Janeiro. Com isso, a maior parte das favelas deixou de se enquadrar à representação que se fez hegemônica no imaginário da cidade. Assim, pouco mais de meio século após o Censo de 1950, a maioria daqueles territórios caracterizados como favelas adquiriram características profundamente distintas das presentes em sua definição original.

Persiste, entretanto, no imaginário dos moradores da cidade, em particular os residentes nos espaços *formais*⁽⁴⁾ - e, por conseqüência, entre as autoridades públicas, uma representação das *favelas*(e dos *favelados*) nos termos de sua representação nas

5 As favelas e loteamentos irregulares são identificadas, pelos órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro, como espaços *informais*, em função da **ausência** do cumprimento de determinadas normas urbanas legais. Nesse caso, os bairros seriam os espaços *formais*. A generalização dos termos contribui para ampliar a imprecisão sobre as características desses territórios. O termo *asfalto*, utilizado historicamente pelos moradores da favela – para denominar os bairros – tem caído em desuso. Atualmente, nas favelas cariocas, quando se fala a respeito da própria localidade se utiliza, em geral, *comunidade*; mas quando se fala de outros espaços análogos, é usual o termo *favela*.

décadas de 40/50. A percepção anacrônica dos espaços populares foi, inclusive, ampliada, de forma que não só as ocupações continuaram a ser percebidas como um espaço de ausências - urbanas, sociais, legais e morais. Os grandes conjuntos habitacionais, construídos pelo poder público no encaminhamento da política Remocionista⁵), apresentam-se no imaginário dos moradores da cidade como favelas, embora tenham características, no plano da paisagem, distintas das definições propostas.

O Complexo da Maré, por exemplo, reúne 16 comunidades, sendo que 09 delas foram construídas pelo poder público. Embora considerado oficialmente, desde o final da década de 80, como um bairro, ele é comumente identificado como um dos maiores complexo de favelas do Rio de Janeiro, seguido do Morro do Alemão, Rocinha e Jacarezinho, todos também denominados, oficialmente, como bairros. Na verdade, a definição deste tipo particular de território, nos termos propostos pelo Plano Diretor do Rio de Janeiro, é tão genérica que qualquer localidade pode ser considerada como tal. Naquele documento, eles são definidos como *porções do território que reúnem pessoas que utilizam os mesmos equipamentos comunitários, dentro dos limites reconhecidos pela mesma denominação.* (Plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, 1992, Art. 42)

Os moradores da Maré, entretanto, não reconhecem, em geral, o seu espaço de moradia como um bairro⁶). Para eles, seria necessária a melhoria das condições urbanas e, principalmente, uma maior consonância entre as regras da cidade e as da favela, em particular no que diz respeito às formas de intervenção da polícia e ao modo de funcionamento do comércio ilegal drogas. Nesse caso, o bairro se coloca como um projeto, um *vir a ser*, que para ser materializado demanda um novo tipo de intervenção do poder público, pelo menos.

Assim, o tipo de representação hegemônica afirmado em relação aos espaços populares ignora a historicidade e espacialidade do fenômeno que busca apreender. Instala-se, portanto, uma contradição no processo de apreensão dos espaços favelados, expressa em uma crise de representação no que diz respeito à correspondência entre o

5 Intervenção efetivada por sucessivos governos cariocas, entre 1962 e 1973, que tinha como meta a erradicação das favelas da cidade, com a transferência da sua população para conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas da cidade. Cf. Parisse, 1969, Valladares, 1980.

6 Depoimentos de recenseadores do “Censo Maré 2.000 – Quem somos, quantos somos e o que fazemos”, levantamento realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e financiado pelo BNDES, em fase de análise dos dados da Segunda fase.

objeto representado e a imagem hegemônica que dele se tem. A percepção que se tem do objeto não traduz os elementos materiais que o significam, de forma particular. A representação conceitual foi sendo, portanto, de forma progressiva, substituída por uma representação estereotipada⁷. Nesta, os pré-conceitos e juízos generalizantes, desprovidos da relação direta com o núcleo do fenômeno, caracterizam o processo de apreensão do objeto.

A valorização de pretensas ausências e de uma aparente homogeneidade, assim como a ênfase na paisagem com elemento definidor daquele tipo de território popular, tem um pressuposto fundamental. Esse, por sua vez, se desdobra em duas formas, pelo menos, de se perceber os moradores das favelas e suas práticas sociais. No caso da premissa, é evidente as referências sociocêntricas que sustentam o olhar dirigido ao espaço favelado. O sociocentrismo se materializa quando, a partir dos padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, se estabelece um conjunto de comparações com outros grupos, colocados, em geral, em condições de inferioridade. Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares seguem esse padrão. Eles são definidos por suas ausências, devido ao fato de não serem reconhecidos como espaços legítimos.

Nas definições propostas, o elemento paisagístico é a variável que explica a favela, por excelência. Ela é contraposta a um determinado ideal de urbano, vivenciado por uma pequena parcela dos habitantes da cidade. Não é casual, então, que os espaços favelados sejam vistos como um espaço externo à pólis, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania.

No mês de dezembro/2000, a revista *Veja* expressou em uma de suas capas esse juízo, marcado pelo temor: acompanhado da manchete “a periferia cerca a *cidade*”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura – remetendo à visão de formigas saúvas em movimento - vão *devorando* gradativamente prédios brancos e limpos. O exemplo, recorrente nos meios de comunicação, é ilustrativo do temor, atávico em amplos setores sociais do Rio de Janeiro e outras metrópoles, de que o *Morro desça* e a cidade seja dominada pelo caos.

A lógica que caracteriza, de forma consciente ou não, a percepção desses setores sociais é de que o direito ao exercício da cidadania não é inerente ao nascimento do

⁷ Estereótipo: idéia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo, resultantes de

indivíduo no Estado-nação, conforme define a constituição brasileira. O reconhecimento da cidadania é relativizado, de acordo com a cor da pele, o nível de escolaridade, a faixa salarial e/ou o espaço de moradia dos residentes na cidade. O juízo se expressa, de forma particular, no menor ou maior grau de tolerância com as diferentes manifestações de violência, de acordo com o alvo da agressão e não com o ato em si.

O pressuposto sociocêntrico, nessa perspectiva, vai se materializar, sobremaneira, de duas formas, que são, de certa modo, complementares. A primeira é bem expressa pelo trecho de uma reportagem de um grande jornal carioca:

principal alvo da violência urbana, jovens de comunidades carentes começam a encontrar em escolas dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco a oportunidade de se afastar das drogas e do crime - (Jornal O Globo, 08/04/01)

O juízo subjacente à citação é de que todos os jovens da periferia são potencialmente criminosos e, por isso, precisariam ter o seu tempo ocupado – sem importar muito como – a fim de não seguirem o caminho da criminalidade. O fato de existirem tão poucas pessoas, proporcionalmente falando, envolvidas com atos criminosos no Rio de Janeiro - considerando-se as precárias condições de vida da população, historicamente - não é levado em conta na afirmação do discurso.

A estereotipia dos espaços favelados se faz presente não só na forma *conservadora* acima apontada como também em uma forma pretensamente *progressista*. Na primeira forma, os moradores aparecem como criminosos em potencial e/ou como colaboradores de forças criminosas. Na representação *progressista*, os residentes em favelas, há algumas décadas, eram identificados por alguns setores sociais como *bons favelados*⁽⁸⁾. O juízo estabelecia uma analogia com a visão romântica do *bom selvagem*, símbolo anti-moderno de uma cidade racional e individualista. Embora essa idealização ainda se faça presente, tornou-se mais comum, dentre os que assumem a perspectiva identificada como *progressista*, sua identificação como *vítimas passivas* – e intrinsecamente infelizes – de uma estrutura social injusta.

Ora, essa visão contribui para a afirmação de uma postura paternalista e empobrecedora da cidadania: priorizando apenas os direitos sociais – e nunca os deveres coletivos correspondentes, aceita-se como natural eventuais práticas ilegais efetivadas por alguns moradores, tais como a receptação de objetos roubados, a privatização

expectativa, hábitos de julgamento ou falsas generalizações. (Houaiss, 2001)

indiscriminada de espaços coletivos, a falta de pagamento de taxas e serviços – água, luz e impostos - e, no limite, a prática de roubos e assaltos. Ato considerados, de certa forma, como meios de distribuição de renda, diante da sua vergonhosa concentração, forma de denunciar a segregação espacial da cidade.

O que essas práticas expressam, na verdade, é a (re)afirmação de uma lógica individualizada no processo de resolução das demandas sociais, postura que dificulta a superação das dificuldades cotidianas presentes nos espaços populares. A justificativa social de atos criminosos e/ou que violam os direitos da coletividade revela-se sustentada, também, em uma visão monolítica das práticas afirmadas nos espaços populares, desconhecendo-se as múltiplas redes sociais neles presentes. Assim, a estereotipia *progressista* revela-se incapaz de oferecer alternativas ao discurso *conservador*, e tão discriminatório quanto este.

Sustentadas nesses tipos de representação, as intervenções institucionais encaminhadas nas favelas, em sua maioria – tanto do poder público como as acadêmicas, caracterizaram-se pelo ignorância e/ou idealização das estratégias, criativas, complexas e heterogêneas, efetivadas pelos atores locais no sentido de melhorarem sua qualidade de vida. As intervenções, em geral, desconheciam – ou mitificaram – os mecanismos de sociabilidade; de circulação na sociedade *formal*; de intervenção na vida pública; de compreensão das relações sociais, nos seus mais variados níveis e, para não ser exaustivo, de interpretação das próprias situações de (sobre)vivência que os moradores foram produzindo historicamente. E quando o fizeram, elas terminaram por isolar esse lugar do espaço urbano que ele, também, constitui; com isso, terminaram por se apropriar e/ou apresentar essas vivências como se os cidadãos locais, seus vizinhos, fossem *nativos*. A *exotização* foi, mais do que uma prática metodológica, uma prática social.

Nesse quadro, as propostas de “participação da população”, algumas vezes afirmadas nas intervenções, não atingiram, em geral, os objetivos propostos. Esse fracasso contribuiu, de forma perversa, para reforçar a noção estigmatizante de que os moradores das comunidades populares seriam indolentes e/ou alheios às resoluções de seus problemas, aliás, problemas esses mediados pelo olhar dos proponentes das ações.

Na verdade, não basta ter acesso à *participação* e/ou ao consumo de bens culturais valorizados socialmente para deles se apropriar. É necessário que as

⁸ Cf. Valladares, 1980.

disposições que permitam as apropriações sejam identificadas, reconhecidas e orientem as intervenções. Parodiando a linguagem acadêmica, os moradores permaneceram, em geral, na condição de *objetos* dos responsáveis pela intervenção. O corolário desse quadro foi a (re)produção da estigmatização das comunidades faveladas e de seus habitantes. Ela se manifesta via políticas macrossociais, mas também através de distorções nos mecanismos de investigação e de solidariedade que foram historicamente construídos para superar-se a marginalização desses setores sociais.

No processo, tornou-se comum, em amplos setores do espaço urbano, a presença de uma postura indulgente em relação a um conjunto de práticas sociais existentes nas favelas. Como consideram impossível construir uma vida adequada a partir de um cotidiano marcado por dificuldades materiais, gestos expressivos de alegria manifestos por pessoas dos setores populares são interpretados, muitas vezes, como algo próximo da bestialização. A postura remete ao olhar de um senhor diante de seus escravos, quando estes se divertiam com suas *brincadeiras de negros*. A idéia de alienação, por seu lado, caracteriza alguns olhares dominados pelo intelectualismo, mesmo quando acompanhado do sentimento de solidariedade com os grupos sociais populares. Assim, os moradores da favela, em especial, seriam caracterizados por uma pretensa distância em relação ao padrão racional característico dos cidadãos urbanos e/ou pelo seu desconhecimento da *realidade social*.

O combate aos dois discursos deve ser estabelecido, portanto, em função dos seus pressupostos e efeitos práticos: neles, os moradores das favelas são identificados como marginais inatos ou indivíduos intrinsecamente passivos. Eles ignoram a multiplicidade e diversidade de ações objetivas encaminhadas por diferentes atores dos espaços populares no processo de enfrentamento dos limites sociais e pessoais de suas existências. Os moradores das favelas, com efeito, não analisam suas vidas apenas a partir das noções de ausência e/ou negação. Da mesma forma, não reconhecem a violência existente em seu cotidiano de modo semelhante à concebida pela maioria dos setores dominantes e médios. Eles levam em conta também os aspectos afirmativos, integrantes de sua cotidianidade.

Logo, a construção de outra representação das favelas - para além das *ausências mais visíveis* - faz-se necessária. Ela deve pressupor que os moradores dos espaços populares desenvolvem formas ativas e contrastantes para enfrentarem suas dificuldades do dia-a-dia, de acordo com suas trajetórias pessoais e coletivas, as características sócio-

culturais e geográficas da localidade, o peso do tráfico de drogas e a postura assumida pelos dirigentes das entidades comunitárias, dentre outras variáveis.

Os moradores estabelecem a delimitação dos espaços e dos vínculos sociais na comunidade; buscam canais alternativos para o acesso a instituições culturais e educacionais; desenvolvem formas sutis de enfrentamento da violência criminosa e policial – buscando uma equidistância em relação ao conflito estabelecido ou mesmo apelando, de acordo com a conveniência e compreensão de sua cidadania, para um dos pólos do poder armado; estabelecem relações subservientes com órgão estatais que oferecem serviços públicos nas localidades; firmam relações clientelistas com políticos fisiológicos para garantir determinados benefícios e/ou organizam iniciativas reivindicatórias com ênfase na participação e envolvimento da população.

Todas as ações são exemplos de práticas desenvolvidas em diferentes localidades, a fim de melhorar-se a qualidade da vida cotidiana, independente dos juízos que se possam fazer sobre algumas delas. Afinal, as pessoas inventam múltiplos mecanismos para terem uma vida cotidiana mais feliz e intensa, em um quadro de dificuldades que não é ignorado, mas enfrentado de forma criativa e, sem dúvida, muitas vezes sofrida.

Naturalmente, a superação dos evidentes limites presentes nas condições de vida dos grupos sociais populares é uma necessidade, a ser encarada pelos poderes públicos e amplos setores sociais. Ela passa, porém, pela quebra da hegemonia das referências *sociocêntricas*. Isso pode ser feito via a criação de mecanismos de diagnóstico e definição de ações que levem em conta as estratégias sociais construídas pelos diversos grupos sociais populares. Diagnósticos que busquem, como um princípio metodológico, a articulação entre atores oriundos do espaço local, ou pelo menos social, e de outros territórios.

O Observatório Social de Favelas se coloca diante desse desafio, e vem buscando se articular com diferentes grupos, institucionais ou não, que compartilhem dessas referências. Ele vem formulando e/ou sistematizando uma série de conceitos que podem contribuir para a construção de novas formas de apreensão do fenômeno da favelização. O OSF considera que esse tipo de formulação, articulada com uma inserção ampliada no cotidiano popular, pode contribuir para a difusão de formas de representação consonantes com a realidade atual dos espaços favelados. O item que se

segue busca apresentar algumas referências teóricas, embrionárias, que sustentam a busca desses novos caminhos.

2. Sobre as práticas sociais nos territórios favelados.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, recentemente falecido, construiu uma projeto teórico cujo objetivo fundamental foi a análise das práticas sociais dos diferentes agentes sociais. Na busca de ir além das dicotomias tradicionalmente estabelecidas entre a corrente estrutural e as proposições subjetivistas, ele elaborou uma série de conceitos voltados para a apreensão da dinâmica instituinte das ações individuais e coletivas. No que concerne às práticas dos agentes dos espaços favelados, dentre outros, podemos considerar, com Bourdieu, que elas são exercitadas através da utilização de diferentes estratégias, produzidas a partir da influência do *habitus*, e desenvolvidas em diversos campos sociais.

O conceito de *habitus*, na acepção utilizada por Bourdieu, sofreu reformulações desde a sua proposição original, na década de 60. Em sua formulação mais recente, o *habitus* é concebido como

um conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis, a partir dos quais podem ser inventadas uma infinidade de soluções que não se deduzem diretamente de suas condições de produção” (Bourdieu, 1981 apud A. Accardo e P. Corcuff, 1986:26).

O conceito de campo é, por sua vez, definido como

um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses. (Bourdieu, 1994:135)

O campo define, portanto, o espaço onde se adquire – e se utiliza – o capital específico. Nesse caso, ele expressa um estado da relação de forças entre agentes e/ou entre instituições, que buscam preservar ou melhorar suas posições em estruturas dotadas de relativa autonomia. Por isso, a noção de capital é mais abrangente que a usual, correspondendo não só a recursos de ordem econômica, mas também recursos culturais, sociais e simbólicos em condições de serem *investidos* e *multiplicados*.

Habitus e campo social são, portanto, idéias fundamentais para a análise da dinâmica social realizada por Bourdieu. Para ele,

toda a sociedade repousa sobre a relação entre dois princípios dinâmicos(.....)de um lado, as estruturas objetivas e, mais precisamente, a estrutura de distribuição de capital e dos mecanismos que tendem a assegurar a reprodução; de outro lado, as disposições à reprodução. É nessa relação entre esses dois princípios que se definem os diferentes modos de reprodução, e em particular as estratégias de reprodução que a caracterizam(Bourdieu, 1994:03).

A partir dessa perspectiva, sugere um quadro das grandes classes de estratégias de reprodução: estratégias de investimento biológico, entre as quais as mais importantes são as de fecundidade e as profiláticas; as estratégias sucessórias, as estratégias de investimento econômico, articuladas com as de investimento social e matrimoniais; as estratégias de investimento simbólico e, por fim, as estratégias educativas.

As estratégias são resultante de *habitus* determinados, construídos de acordo com as condições específicas de cada agente e seus grupos, familiar e social. As estratégias de reprodução têm como objetivo garantir a manutenção ou melhoria da posição dos agentes nos campos onde são acionadas. Enquanto são praticadas em um contexto de adequação entre o *habitus* e o campo, as estratégias funcionam sem o recurso à reflexão explícita, sem depender da consciência. Desenvolve-se assim o que Bourdieu vai chamar de *razão prática*, noção que expressa a capacidade do agente de adotar as estratégias conforme a lógica do campo.

O pressuposto, nessa conceituação, é que o *senso prático* – o sentido do jogo – não é universal, mas correspondente, no caso, ao campo onde as posições estão colocadas. Nesse caso, o sentido do jogo que *cai bem* num determinado espaço social tem muitas possibilidades de não funcionar quando acionado em outro campo onde sejam exigidas disposições distintas. Diante disso, os agentes que se vêem na contingência de atuarem em um campo, tendo construído seu *habitus* em outros, ou que buscam mudar sua posição no interior do próprio campo, são obrigados, muitas vezes, a romperem os limites dos *habitus* já incorporados, indo além do domínio prático da prática. Devem, então, dominar a prática no campo da consciência, formulando práticas deliberadas. Assim, de acordo com Accardo,

todas as nossas práticas podem se distribuir em graus diversos entre dois pólos opostos: em uma extremidade, as práticas que nos dão o sentimento de agir de maneira totalmente livre, porque elas são de fato comandadas por

uma lógica que nos escapa, que é a do habitus; em outro extremo, as práticas conscientes e expressamente regradas, codificadas por regras gramaticais, técnicas morais, jurídicas, etc. De um lado, as práticas que vem de si, tão evidentes que não se tem necessidade de explicá-las ou justificá-las. De outro, as práticas que somente a razão e a regra podem impor. (1991:133)

A necessidade de superar os limites das disposições incorporadas implica em desenvolver, às vezes, novos *interesses*. No caso dos setores menos providos dos diferentes capitais, a conquista de novas posições no espaço social demanda um investimento a longo prazo na acumulação de alguma espécie de capital, do qual o mais disponível, nas grandes sociedades urbanas atuais, é o capital cultural oferecido pela escola. Esse tipo de estratégia, cabe assinalar, só pode ser encaminhada por agentes ou grupos que tenham uma perspectiva de futuro. Afinal,

aqueles que não têm, como se costuma dizer, futuro, têm poucas possibilidades para formar o projeto, individual, de criar seu futuro ou para trabalhar no futuro coletivo (Bourdieu, 1979:8)

O movimento de conservação/mudança das estratégias só pode ser compreendido, portanto, numa dimensão temporal: as estratégias concretizam-se como sínteses das experiências já assimiladas, estruturantes das que virão. Além disso, elas são desenvolvidas em um espaço multidimensional, construído pelas relações nele estabelecidas. Nessa lógica, os agentes e as instituições são definidos pelas posições relativas que ocupam neste espaço. Não são, portanto, entidades metafísicas – congeladas no tempo e no espaço – mas forças sociais que se constituem a partir das suas situações. A correlação de forças entre os diferentes agentes e grupos nos campos específicos definem-se a partir do volume global e da composição das diferentes espécies de capital com os quais podem contar.

Na busca em se *manterem no jogo*, preservando ou melhorando suas posições, os agentes acionam diferentes estratégias, de acordo com as características que vão sendo estabelecidas, historicamente, em cada campo. Nesse universo, as posições dos agentes – e seu grau de proximidade com as de outros membros do campo social em que atuam – irão fundamentar, em condições normais, a sensação de *pertencimento* em um determinado grupo ou classe social. Assim,

somente por referência ao espaço do jogo que as definem e que elas visam manter ou a redefinir, enquanto tal, mais ou menos completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam a conservar, a transformar ou a transformar para conservar. (Bourdieu, 1979^a:176).

As proposições formuladas por Pierre Bourdieu em suas investigações remetem, quando se busca mapear as práticas sociais dos moradores de espaços populares, às formas de constituição da *identidade social* e do sentimento de *pertencimento*. De acordo com Oliveira (1976),

a identidade é construída em duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). Antropólogos e sociólogos tem procurado mostrar como as duas dimensões estão interligadas ...já que é um mesmo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização.

A identidade emerge, portanto, da dialética entre sociedade e indivíduo, como nos revela Berger e Luckman(1993). Goffman, por seu turno, vai entender a constituição da identidade pessoal e social a partir, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão (E. Goffman, 1992) .Em que pese a ênfase subjetivista presente nessas obras clássicas, é significativa a compreensão da identidade a partir de dois conceitos basilares: as idéias de *construção* e a de *relação*.

Os elementos fundamentais da proposição de identidade social de N. Canclini sustentam-se, justamente, nessas proposições. Seu ponto de partida é a crítica ao que denomina de “*concepções ontológico - fundamentalista das identidades*” (1995:224). Nessa visão, haveria uma crença a-histórica e transcendental nas identidades, fossem nacionais ou populares. Sendo assim, a identidade é marcada por uma essencialidade imanente, a ser defendida dos ataques dos seus possíveis adversários - sejam outros grupos sociais, as multinacionais, a globalização etc. Não há espaço para a negociação, pois as identidades estão prontas, delimitadas. As diferenças são acentuadas e transformadas em elementos divisores, ignorando-se as possíveis circularidades das relações sociais. Não se reconhece, assim, a possibilidade de constituições de uma identidade híbrida, “*foco de um repertório fragmentado de mini-papéis*”(1995:39).

Canclini defende que, diante do impacto da globalização, da transnacionalização e do multiculturalismo, deve complementar-se a clássica definição sócioespacial de identidade, referente a um território particular, com uma definição sócio-comunicacional (1995:35). Isto é necessário diante da “*constituição de formas heterogêneas de pertencimento, cujas redes se entrelaçam com as do consumo*”(Id:35).

As identidades, nos diz Canclini, “*configura-se no consumo, depende daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a consumir*”. Ele não reduz o consumo à

simples aquisição e utilização imediata de bens determinados, mas o analisa a partir “do conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (Id:53). As noções de distinção e de valor simbólico, utilizadas por Bourdieu, fundamentam de forma abrangente suas proposições. Isso porque o sociólogo francês considera que “a identidade social se define e se afirma na diferença” (1979:191), visto que “todas as propriedades de distinção só existem na e pela relação, na e pela diferença.”(Id: 250). Grimberg já expressara uma definição da identidade em termos próximos, ao afirmar que “um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença”(Grimberg, 1971:168 apud R. Oliveira, 1976:17).

As proposições apresentadas sustentam uma determinada forma de identificar, classificar e interpretar as práticas sociais afirmadas nos espaços favelados. Elas fornecem alguns instrumentos para se ir além das representações estereotipadas que caracterizam os discursos hegemônicos a respeito dos espaços populares. Seu fundamento é o reconhecimento da heterogeneidade dessas localidades, o que gera a construção de identidades territoriais específicas, a capacidade de seus agentes atuarem em seu espaço particular e, mesmo que de forma tópica, instituir novas territorialidades; por último, mas não menos importante, reconhece que as favelas não cercam a cidade, nem mesmo estão na cidade, mas são sim elementos instituintes, e essa não seria o que é sem aquelas. Por fim, como é sabido, nem a cidade nem os espaços populares estão cristalizados, pois são produções históricas. Neles, desenvolve-se um conjunto de práticas, orientadas pelas mais diversas referências e projetos, que refletem disputas materiais e simbólicas, na luta pela construção da hegemonia social.

No item que se segue, que almeja dar maior concretude às possibilidades de se produzirem discursos e práticas para além dos estereótipos dominantes, apresenta-se uma instituição construída por moradores de um determinado espaço favelado. Os limites do texto fizeram com que só se pudesse expor os princípios que norteiam sua atuação. Eles permitem, de qualquer forma, o reconhecimento de que outras práticas e representações a respeito das favelas estão sendo construídas, e que elas adquirem maior significado quando se busca articular a reflexão teórica com uma intervenção social coerente e comprometida.

3. As redes sócio-pedagógicas do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM.

A Maré localiza-se na Zona da Leopoldina da cidade do Rio de Janeiro. Ela fica entre a Av. Brasil e a Linha Vermelha e é cortada pela Linha Amarela, as três principais vias da cidade. Maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, com cerca de cento e trinta e dois mil(132.000) moradores, distribuídos em dezesseis(16) comunidades, a Maré se caracteriza pela diversidade. O fato de ser próxima do Aeroporto Internacional e vizinha à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no entanto, contribuiu para que ela ocupasse uma presença significativa no imaginário carioca, sendo representada como um espaço globalmente dominado pela miséria e pela violência.

Apesar das diferenças, uma das características mais destacadas do espaço local é a proletarização de sua população, em geral oriunda de áreas rurais do Nordeste ou negra. Os moradores locais desenvolvem, em geral, ofícios que exigem pouca qualificação profissional, possuem baixa escolaridade e uma reduzida renda familiar. No contexto acima descrito nasceu a Organização Não Governamental denominada Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM.

O Centro tem como elemento inovador o fato de ser fundado e coordenado por um conjunto de moradores que cresceram e/ou moraram em alguma das comunidades da Maré. Esses moradores constituíram a entidade com o objetivo de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania por parte dos moradores locais, em particular os adolescentes e jovens. Outro objetivo central foi o de contribuir na formulação de um pensamento sobre o urbano que reconheça o espaço favelado como um elemento constituinte da cidade, em sua contraditoriedade, e não como uma disfunção do processo de urbanização.

O CEASM iniciou suas atividades em fevereiro de 1998, a partir de um Curso Pré-vestibular comunitário, dirigido para as universidades públicas. A especificidade da iniciativa foi o fato de seu corpo docente e discente ser formado, inicialmente, apenas por moradores das comunidades locais. A alta taxa de aprovação dos alunos mostrou as possibilidades do projeto e seu potencial impacto social. Atualmente, o Centro desenvolve 14 projetos diferenciados, com ênfase na educação, cultura e geração de renda, que buscam funcionar de forma articulada.

Preocupado em atuar na Maré, mas em uma perspectiva global, a entidade percebe o conjunto de campos em que atua como mediações, instrumentos necessários para a construção do *pertencimento identitário* dos integrantes dos projetos à Rede Sócio-Pedagógica que vai, processualmente, sendo constituída. A Rede Sócio-

Pedagógica busca funcionar como um *nó* de uma rede que articule agentes, locais e de outros territórios, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida dos moradores, de forma plena. Sua implantação, expansão e consolidação tornou-se o objetivo maior da instituição, em função da consideração de que, na cidade do Rio de Janeiro e em outras metrópoles brasileiras, a maioria da população vem estreitando, progressivamente, os seus tempos e espaços existenciais. Esses limites se manifestam através de dois tipos de práticas sociais: a *presentificação* e a *particularização*.

A *presentificação* pode ser definida como uma prática social dominada pelo cotidiano, que se manifesta como um *eterno agora*. O estreitamento das referências temporais inibe a possibilidade de trabalhar a utopia como elemento integrante da realidade, em sua possibilidade. Seja a utopia pessoal ou a coletiva. Esse processo, evidentemente, não caracteriza apenas os setores populares. No caso desses, no entanto, a *presentificação* contribui para a construção de estratégias centradas no imediato. A prática dificulta, por exemplo, um investimento de longa duração na escolarização e, no caso dos inseridos ou próximos de determinadas redes sociais, facilita o envolvimento em ações criminosas.

O estreitamento das referências temporais se associa ao *particularismo* espacial. A vivência em um território restrito, sem parâmetros mais abrangentes de circulação na cidade, contribui para que o lugar seja o ponto de partida e de chegada da existência. Morador da favela, o agente não se reconhece, muitas vezes, como cidadão pertencente à *pólis*, à cidade.

Ora, a redução da vida cotidiana ao particular e ao imediato gera, no limite, a limitação das possibilidades para a *humanização*, em uma perspectiva plena e universal. A democracia se fragiliza e torna-se cada vez mais raro o contato com a diversidade, com o *outro*. Há uma progressiva perda, então, do sentido da vida coletiva. Seu corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público. Essas posturas se tornam o alimento de múltiplas formas de violência na cidade: educacionais, culturais, sexuais, econômicas; físicas etc. Violências produzidas/produtoras do esgarçamento do tecido social, fenômeno que torna a qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras cada vez mais precária

O encaminhamento de políticas públicas centradas na distribuição focalizada de renda e em ações voltadas para a ampliação da temporalidade e espacialidade sociais

seriam, portanto, os elementos necessários para o combate aos fundamentos econômicos, culturais, políticos e sociais da desigualdade que caracterizam o Rio de Janeiro e o país. Na perspectiva apontada, apresenta-se a possibilidade de se criarem identidades territoriais⁹) que se forjam no espaço local, mas se reconheçam como instituintes da *pólis*, de forma plena e intensa. Identidades que, em seu processo de afirmação, permitam, de forma abrangente, o combate e a superação da representação estereotipada que ainda norteia o processo de apreensão dos espaços favelados e de seus moradores, gerando novas formas de (re)conhecimento dos diversos agentes constituintes da cidade.

Bibliografia:

ACCARDO, Alain e CORCUFF, Philippe – *La Sociologie de Bourdieu*, Bourdeaux, Ed. Le Mascaret, 1986.

ACCARDO, Alain – *Initiation à la Sociologie – Une Lecture de Bourdieu*; Ed. Le Mascaret, Bourdeaux, 1991.

BERGER, Peter e LUCKMAM, Thomas - *A construção Social da Realidade*, Ed. Vozes, 10^a edição, Rio de Janeiro, 1993.

BOURDIEU, Pierre – *O Desencantamento do Mundo*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1979

_____ – *La distinction – Critique sociale du jugement*, Ed. Minit, Paris, 1979^A

_____ – *Coisas Ditas*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.

_____ – *Poder Simbólico*, Ed. Difel, Lisboa, 1994

_____ – *Stratégies de Reproduction e Modes de Domination – in actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Ed. Minit, 1994b.

CANCLINI, Néstor - *Consumidores e Cidadãos*, Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

GOFFMAN, Erving - *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 5^a edição, 1992.

HAESBART, Rogério – *Des-territorialização e identidade – a rede “gaucha” no nordeste* – Eduff, Niterói, 1997

HOUAISS, Antônio – *Dicionário de Língua Portuguesa*, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2.001.

⁹ Cf. Haesbaert, 1997.

PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido. Rio de Janeiro: PUC/SENPHA, 1969. Caderno do SENPHA, 5.

OLIVEIRA, Roberto C. - *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1976.

SÁ, Celso Pereira de – Núcleo central das representações sociais – Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

VALLADARES, Lícia – Passa-se uma casa – Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2ª Ed.1980